

## **Levantamento ABI - casos de agressão a profissionais da imprensa**

### **2011**

No decorrer de 2011, dois conflitos mereceram destaque no ofício enviado em dezembro pela ABI ao governador do Estado da Bahia:

**Agosto** – A repórter fotográfica Marina Silva, do jornal Correio, cobria no mês de agosto o assassinato de um policial militar, quando sofreu ameaças de colegas do agente morto. Ela foi conduzida numa viatura para a 11ª Delegacia, sob a acusação de desacato.

**Outubro** – Durante a 8ª Parada da Diversidade, o jornalista Ederivaldo Benedito foi preso, após fotografar uma abordagem policial a participantes do evento. Benedito também foi acusado de desacato, ao se recusar a apagar os registros, teve seu equipamento confiscado e conduzido à delegacia.

### **2012**

**Junho** – A ABI enviou ofício ao Ministério Público da Bahia sobre o jornalista e diretor regional da ABI, Jair Cezarinho, que foi vítima de agressões por parte de policiais em junho. A vítima tentava atendimento no Posto do Detran, situado no Complexo Investigador Bandeira, quando um veículo conduzido pelos agentes passou e ele foi abordado de forma violenta.

### **2013**

**Julho** – Em 2013, o Brasil viveu uma explosão de agressões contra profissionais ligados à cobertura dos protestos pelo aumento das passagens de transporte público e o superfaturamento das obras da Copa do Mundo de 2014. Na Bahia, todos os jornalistas que foram vítimas da repressão policial na cobertura das manifestações participaram da audiência pública conjunta promovida pela ABI, OAB-BA, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Radialistas e Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos, na sede da Associação Bahiana de Imprensa.

### **2014**

**Agosto** – Em carta dirigida ao Governo do Estado da Bahia, a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) demandou esclarecimentos das intimidações feitas por policiais a jornalistas que atuaram na cobertura do caso Geovane Mascarenhas de Santana, e pediu ao governador Jaques Wagner que condenasse publicamente tais práticas, que, como ressalta o documento, “comprometem a plena situação da liberdade de

informação social neste Estado”. Na época, a ABI participou de uma reunião, na sede da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP), entre representantes do Sinjorba e Sinterp-Ba, o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, e o comandante da Polícia Militar, Alfredo Castro, onde foram discutidas as ameaças aos jornalistas e outros problemas enfrentados pela categoria, como as agressões da PM durante as coberturas jornalísticas.

## **2015**

**Fevereiro** – O jornalista e advogado Romário Costa Gomes, que também é diretor da ABI, relatou ter sido brutalmente agredido por policiais militares, no dia 16 de fevereiro de 2015, na cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano. Uma representação preparada por três advogados foi protocolada na Corregedoria da Polícia Militar, na Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e na Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia. No dia seguinte à agressão, Romário Gomes procurou o Departamento de Polícia Técnica de Santo Amaro, que estava fechado, uma vez que os profissionais estavam à disposição do Carnaval de Salvador. No dia 18 de fevereiro, o jornalista conseguiu realizar o exame de corpo de delito em Santo Amaro, depois de três tentativas.

**Julho** – Marivaldo Filho, editor do site de notícias Bocão News, usou seu perfil em uma mídia social para divulgar o relato da violência praticada por policiais militares. De acordo com o jornalista, na saída de uma festa, no bairro do Bonfim, ele assistiu um amigo ser agredido e resolveu fazer imagens da ação. Marivaldo recebeu ordem de prisão por “desacato e desobediência”, ao se recusar a apagar a imagem. O policial pegou um objeto do chão e socou a cabeça do jornalista, provocando um ferimento que resultou em oito pontos. A Associação Bahiana de Imprensa (ABI) encaminhou um ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), para cobrar informações sobre os procedimentos adotados para a apuração e consequente punição dos responsáveis pela agressão ao jornalista.

## **2016**

**Agosto** – A jornalista Samuelita Santana deparou com uma moto policial atravessada na saída do viaduto do bairro do Imbuí, sem qualquer sinalização de que paralisaria o trânsito para a passagem de uma delegação das Olimpíadas. De arma em punho, o policial se colocou em frente ao carro, que breiou quase atropelando o agente. Foi mantida sob a mira do revólver e, quando tentou estacionar corretamente, o agente começou a gritar para ela parar e atirou. O tiro ficou no carro dela e o policial seguiu

sem dar explicações. A ABI enviou ofício ao comandante geral da PM, Cel. Anselmo Brandão, para tratar do caso.

**Setembro** – O delegado Bernardino Brito Filho recebeu, no dia 8 de setembro, as diretorias do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia (Sinjorba) e das associações dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Brasil (Arfoc-Brasil) e da Bahia (Arfoc-BA), para uma reunião em seu gabinete, no edifício-sede da Polícia Civil. O gestor da PC e os representantes dos jornalistas dialogaram para estreitar as relações entre as instituições e discutiram pontos sensíveis na atuação de ambas as classes, no sentido de alinhar métodos de trabalho, fortalecendo a parceria entre a polícia e a imprensa, em prol da sociedade. Participaram do encontro a presidente do Sinjorba, Marjorie Moura; a diretora de comunicação do Sinjorba, Margarida Neide; o presidente da Arfoc/BA, Roque Leônidas; o advogado Romualdo Santoso; além do presidente da Arfoc Brasil, Luís Hermano, que é membro do Conselho Consultivo da Associação Bahiana de Imprensa (ABI); e o decano repórter fotográfico Valter Lessa, diretor-executivo da ABI.

## **2017**

**Junho** – Em carta enviada à Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 19 de junho, a ABI questiona a legalidade e a legitimidade de um ofício oriundo da Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública, que trata “sobre os limites da atuação de jornalistas que fotografam/filham PM em suas atividades o consentimento desses”. No documento, a ABI ressalta que sua missão primordial é defender a livre manifestação de pensamento e o aperfeiçoamento e defesa do exercício da profissão do jornalista.

**Julho** – No dia 21, mãe e filha de 15 anos foram agredidas na cidade de Milagres por um oficial da Polícia Militar, o Cap. Gutemberg, da 3ª CIA do 11º BPM (Itaberaba). O agente realizava uma ação no bairro do Alecrim, com mais dois policiais, quando avistou a adolescente na porta de casa e achou que ela estivesse filmando supostos excessos durante uma abordagem. Invadiu a casa e iniciou as agressões. A denúncia resultou na reportagem “É proibido filmar?”, publicada pela ABI. A Associação recebe o episódio com apreensão porque se relaciona diretamente com o direito ao acesso à informação de interesse público, ao passo que salienta a necessidade de condenar as violações que agentes policiais do Estado têm praticado. Na reunião, serão abordados outros casos de violência ou intimidações que vitimaram trabalhadores da notícia ao longo dos últimos anos, no estado. Em nota, a SSP avisou a ABI que determinou a apuração dos fatos.

## **NOTAS sobre o caso de Milagres (íntegra)**

### **Secretaria da Segurança Pública**

A Secretaria da Segurança Pública determinou a apuração rigorosa das denúncias de agressões realizadas por um policial militar que atuava no município de Milagres. As polícias Civil e Militar já foram acionadas e cada instituição, dentro de sua atribuição, já iniciou a investigação do caso, que também é acompanhado pela Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública.

### **Polícia Militar**

O oficial da PM foi afastado das atividades do município de Milagres pelo Comando do 11º Batalhão. A unidade abriu um procedimento investigatório para a apuração da denúncia e atuará junto com a Delegacia Territorial do município para que sejam adotadas as medidas administrativas pertinentes ao caso.

A Polícia Militar esclarece que o cidadão tem o direito de fazer imagens do policial no exercício de função pública, e caso seja comprovada a postura inadequada do integrante da corporação, ele também responderá por abuso de autoridade.

### **Polícia Civil**

A Delegacia Territorial (DT) de Milagres já instaurou inquérito para apurar as denúncias de agressões feitas por policiais militares contra uma mulher e sua filha, no dia 21 de julho, naquela cidade. A denunciante compareceu na última segunda-feira (31) à unidade e fez o boletim de ocorrência, depois de recebida pelo delegado titular Ricardo Domingos Ribeiro, com quem conversou, narrando o episódio.

Foram expedidas guias para a realização de exames de corpo de delito, no Departamento de Polícia Técnica (DPT). A mulher já havia comparecido, anteriormente, à unidade em duas ocasiões para fazer o registro. Na primeira, após as 18 horas, quando as ocorrências na região são feitas apenas no Plantão Central, em Itaberaba.

A Polícia Civil também apura as causas pelas quais o escrivão da unidade não realizou o registro de ocorrências na segunda tentativa da vítima, que foi orientada a retornar quando o delegado estivesse presente, embora esta não seja a recomendação da Polícia Judiciária.